

A FORMAÇÃO CONTRADITÓRIA DAS CLASSES DOMINANTES

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Estou passando pelos corredores e ouço: “Quando as empresas brasileiras forem dirigidas por administradores profissionais e não por filhos dos donos teremos uma sociedade mais justa e eficiente, em que cada um ocupará posições de acordo com seu mérito”; ou então: “As organizações burocráticas são uma forma de dominação autoritária.

Entro em uma sala de aula e alguém afirma: “O objetivo da empresa é maximizar seus lucros, aproveitando o melhor possível as oportunidades que o mercado oferece”; ou então: “Se as empresas não forem obrigadas pelos trabalhadores e pelo governo a assumir funções sociais a solução será socializá-las”.

Passo pela biblioteca e alguém está afirmando: “Para Adam Smith o desenvolvimento econômico, que ele chamava de riqueza das nações, depende da transformação dos trabalhadores em trabalhadores produtivos através da acumulação de capital e da liberdade de comércio”, ao que responde um colega: “Mas Marx observou também que toda a exploração existente no capitalismo decorre do fato de a força de trabalho ter-se transformado em uma mercadoria como qualquer outra”.

Caminho um pouco mais e alguém conclui: “A solução para os problemas brasileiros é aumentar a produtividade, é administrar mais racionalmente as empresas, é utilizar as técnicas modernas do marketing, da administração contábil-financeira, da motivação de pessoal, é saber tomar decisões que levem em conta o ambiente interno e externo da empresa”; e alguém responde: “Não basta administrar as empresas, é preciso planejar a economia como um todo já que o mercado não é mais ou nunca foi capaz de regular a economia, garantindo uma taxa ótima de desenvolvimento econômico”; ao que alguém pergunta: “Mas aumentar a eficiência interna das empresas e planejar o processo de acumulação de capital em benefício de quem? Da burguesia rentista? Da burguesia especulativa? Dos tecnoburocratas estatais? Ou será que não é preciso pensar na sociedade como um todo?” “Mas afinal não estamos em uma sociedade capitalista?” “E por que não pensar no socialismo democrático, autogestionário?”

Estes são os corredores, as salas de aula, a biblioteca, o centro acadêmico, o restaurante, as salas dos professores da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Para alguns, “uma agência ideológica da burguesia”; para outros, “uma ponta de lança das empresas multinacionais”; para outros ainda, “uma escola com perigosas tendências esquerdistas”.

Ora, a Escola não é nada disso, é tudo isto. Não é nada disto porque ninguém tenha dúvida a respeito do seu caráter fundamental. A EAESP, ou GV, como é melhor conhecida, é hoje a principal instituição de ensino, responsável pela formação das elites dirigentes de São Paulo. Este papel que coube tradicionalmente à Faculdade de Direito do Largo São Francisco, que nos últimos cinquenta anos coube também à Escola Politécnica, hoje tende a concentrar-se principalmente na GV de São Paulo.

Este papel não foi assumido pela GV por acaso. Claramente foi o resultado de um projeto, que visava a atender a uma necessidade premente das novas classes dominantes industriais brasileiras e multinacionais, que consolidavam seu poder nos anos cinquenta. Quando em 1954, o governo brasileiro, o governo paulista, o governo norte-americano, a Michigan State University e a Fundação Getúlio Vargas decidiram implantar a Escola em São Paulo, acontecia ao mesmo tempo no Brasil uma mudança de padrão de acumulação de capital que viria a ser decisiva para o futuro do país. Nos anos cinquenta iniciava-se no Brasil o modelo de subdesenvolvimento industrializado, caracterizado pelo surgimento de um setor moderno, oligopolístico, constituído de grandes empresas burocráticas públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, que iriam dar uma nova feição à estrutura econômica e social do país. E estas grandes empresas burocráticas necessitam mais do que nunca de administradores profissionais de alto nível.

O homem que liderava o processo de criações da GV de São Paulo, o presidente da Fundação Getúlio Vargas, Luiz Simões Lopes, talvez não tivesse todas essas variações absolutamente claras, mas estou certo que já percebia a maioria delas, tanto assim que anos depois verificou que permanecendo apenas uma escola de Administração de Empresas, a GV de São Paulo estava incompleta, e decidiu criar também os cursos de Administração Pública. O Dr. Simões, como é conhecido na Fundação, é tipicamente um empresário institucional, um construtor de instituições, a começar pela própria Fundação Getúlio Vargas, por ele criada em 1944, com o apoio de Getúlio Vargas. E os grandes construtores de empresas ou de instituições são aqueles que percebem as necessidades da sociedade e são capazes de formular um produto ou serviço que atenda de forma exemplar a essas necessidades. Foi o que aconteceu com a GV de São Paulo.

Algumas diretrizes fundamentais marcaram a fundação da nova Escola e até hoje a caracterizam. A primeira foi a definição de altos padrões acadêmicos. Para isso seria necessário criar um corpo docente de primeira linha, constituído por mestres e doutores. A segunda foi a estratégia de dar prioridade a transferências de tecnologia.

Os conhecimentos de administração de empresas eram uma exclusividade norte-americana, que era preciso absorver e adaptar o melhor possível. Só recentemente a ênfase vem mudando da simples transferência para a elaboração de conhecimentos aqui originados. A terceira foi a adoção de métodos modernos de ensino, que garantissem um máximo de participação dos alunos nos cursos. A quarta estratégia foi uma ênfase crescente na pesquisa, seja pelos próprios professores, seja pelos alunos de mestrado e doutorado. A quinta foi garantir um equilíbrio adequado entre as chamadas áreas técnicas - administração, produção, mercadologia, finanças e contabilidade - e a área das humanidades - economia, sociologia, ciência política, matemática, estatística, filosofia da ciência. A sexta foi a de garantir sempre o mais estrito clima de liberdade acadêmica para alunos e professores, embora em um ambiente de trabalho organizado e disciplinado. Uma sétima e última estratégia ou diretriz foi a tentativa de criar, internamente, uma organização não burocrática, mas democrática, em que não só os alunos tivessem grande participação, mas principalmente em que todo o poder fluísse de baixo para cima, através de um sistema de eleições e de decisões colegiadas.

Ainda que esta última estratégia nem sempre conseguisse o êxito desejado, devido às dificuldades que lhe são inerentes, as demais concretizaram-se de maneira extraordinariamente feliz. E o resultado é essa grande escola de administração de empresas e pública; ou melhor, é essa grande escola de administração, e de economia, porque além dos diversos cursos de administração, um mestrado e doutorado em economia já funciona há alguns anos na GV de São Paulo como uma área de concentração da pós-graduação em administração. O resultado é uma Escola com um corpo docente e um corpo discente de alto nível, fisicamente bem instalada, embora já mal comportando seus quase três mil alunos, possuidora de uma das melhores senão a melhor biblioteca de administração, economia e ciências sociais do Brasil, uma escola caracterizada pela liberdade acadêmica, pelo debate franco e contraditório das idéias.

Mas não será esta liberdade acadêmica prejudicial para a formação dos futuros dirigentes do país? Será que é assim que se formam dirigentes, para as classes dominantes? Perguntas dessa natureza, formuladas por mentalidades conservadoras ou então diretamente autoritárias, merecem um comentário. É claro que a GV de São Paulo poderia ser um mero instituto formador de técnicos de administração, como há muitos por aí, ou uma agência a serviço da burguesia local e das empresas multinacionais, como tendeu a acontecer com escolas de administração criadas com ajuda norte-americana. Mas se ficasse ai nunca seria a escola dos futuros dirigentes do Brasil, a escola de eleição das classes dominantes brasileiras.

Em um país contraditório e complexo como é o Brasil, caracterizado pela industrialização e pelo subdesenvolvimento, pelos mais elevados padrões de consumo ao lado da miséria mais absoluta, pela sofisticação tecnológica ao lado do tear manual da economia de subsistência, pela emergência de uma classe tecnoburocrática que serve à acumulação capitalista, mas imagina ou pretende estar servindo o desenvolvimento e a justiça social - é óbvio que em um país como este suas elites

precisam também ser contraditórias. Precisam conhecer não apenas técnicas, mas também ideologias. E entre as ideologias precisam distinguir a capitalista, a tecnoburocrática e a socialista, que muitas vezes se misturam.

Uma escola de administração ensina técnicas e ideologias. A ideologia é geralmente disfarçada por eufemismos como “a filosofia da administração”. Mas a ideologia capitalista, baseada no lucro, na “livre empresa” e no empresário-herói, da mesma forma que a ideologia tecnoburocrática, baseada na expansão das organizações burocráticas, na eficiência organizacional e no administrador-herói estão presentes em toda parte. Uma minoria de professores e alunos com tendências socialistas ou radicais procura mudar ou criticar estas posturas, mas o máximo que consegue é lançar alguma dúvida, ou então fornecer aos futuros dirigentes elementos para captar as novas idéias, ou ainda dar-lhes um conhecimento melhor das críticas ao capitalismo e à burocracia de forma a permitir-lhes uma defesa mais efetiva dos seus interesses de classe.

Isto, entretanto, não impede que os alunos da GV estejam, juntamente com seus colegas da USP e da PUC, na liderança dos movimentos estudantis de São Paulo, que entre seus professores estejam alguns dos intelectuais mais significativos do país, que dos seus bancos escolares saiam não só administradores e empresários privados bem sucedidos, mas também, mais recentemente, administradores públicos, economistas e homens públicos de todos os tipos.

As lideranças que a GV está moldando recebem uma formação moderna e variada. Algumas técnicas são essenciais, mas o mais importante é uma cultura geral, diversificada, é a capacidade de pensar e tomar decisões. Ao nível de pós-graduação o curso de especialização, com duração mínima de dois anos, transforma principalmente engenheiros em administradores. No Mestrado e no Doutorado a Escola forma professores e pesquisadores no campo da administração, do planejamento urbano e da economia para instituições de ensino e pesquisa de todo o Brasil, sem falar nos convênios com as universidades estrangeiras.

Em qualquer hipótese a liberdade acadêmica é uma constante. Os quinze anos de autoritarismo em que viveu o Brasil tiveram na GV de São Paulo quase um oásis. As lutas políticas também dividem os professores e alunos, principalmente nas épocas de eleições. Mas a amizade e o respeito mútuo de um corpo docente ainda relativamente pequeno tendem a prevalecer.

Por outro lado, a GV de São Paulo é cada vez mais o ambiente ideal para o desenvolvimento de idéias que escapem às velhas ortodoxias. Os economistas, os sociólogos, os cientistas políticos, os próprios administradores, quando isolados em suas especialidades estão geralmente amarrados aos fantasmas dos fundadores e grandes sumidades de suas próprias ciências. Na Escola, porém, esses cientistas sociais são obrigados a se encontrar diariamente para tentar compreender juntos os problemas econômicos, sociais e administrativos que o país e as empresas enfrentam. Em todos os campos é preciso administrar mais, é preciso planejar mais, é preciso não deixar os

acontecimentos ao sabor de um mercado imperfeito, incapaz de coordenar com a eficiência desejada as ações necessárias. Por outro lado, para que essa administração tenha êxito é preciso conhecer cada vez melhor a economia e a sociedade que nos cerca, e os métodos formais de tomar decisões em situações de incerteza.

A história da GV de São Paulo tem sido a tentativa de responder a esses desafios em liberdade. Ela é o produto do desenvolvimento vertiginoso e desigual do Brasil, ela reflete as contradições do subdesenvolvimento industrializado, ela forma as classes dominantes deste país, deixando-lhes às vezes um sentimento de culpa ao mesmo tempo que lhes fornece os instrumentos para uma intervenção efetiva sobre o mundo que nos cerca.